

PLENÁRIA

SINDICAL DO SINTEGO/2024

PLANO DE LUTAS DO SINTEGO

1. Resistir aos ataques à democracia e colaborar para a restituição plena da sociedade democrática de direito, inclusive por meio das mobilizações de rua e nas redes sociais.
2. Garantir suporte da Central junto as Regionais pela garantia a legalidade dos movimentos grevistas.
3. Ser contrários a qualquer reforma que retire direitos dos/das trabalhadores/as em Educação e da classe trabalhadora.
4. Manter a luta intransigente pela soberania e a democracia nacional, defendendo o patrimônio do povo brasileiro. O Brasil não pode entregar suas riquezas naturais, como a Amazônia, o Aquífero Guarani, Cerrado, entre outros.
5. Lutar pela NÃO privatização das instituições públicas: municipais, estaduais e federais.
6. Impedir qualquer projeto que ataque os Serviços Públicos e buscar a valorização de todos/as os/as servidores/as municipais, estaduais e federais.
7. Apoiar as lutas dos povos indígenas, quilombolas e dos movimentos dos trabalhadores (as) rurais sem-terra, de mulheres, dos/as negros/as e LGBTQIA+ que sofrem ataques.
8. Avançar no processo de organização e fortalecimento do movimento sindical e fortalecer os movimentos sociais que lutam em defesa dos direitos dos/as trabalhadores/as para unir e reconstruir o Brasil.
9. Consolidar uma Política Educacional que atenda às demandas da população com Qualidade Social, com parâmetros e metas estabelecidas na legislação vigente.
10. Através do Fórum Nacional de Educação (FNE), defender a proposta de um novo Plano Nacional de Educação construída na CONAE, até que seja aprovada no Congresso Nacional.
11. Continuar fortalecendo os coletivos e incentivar a criação de novos, para que atuem como meio de promover o debate de temas específicos nos locais de trabalho, para construção de políticas públicas e respeito à diversidade de pensamento e identidades.
12. Participar em todas as mobilizações gerais organizadas e lideradas pela Internacional da Educação na América Latina (IEAL), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).
13. Ampliar a participação do SINTEGO, junto a parceiros sociais, mobilizando a sociedade e a categoria na discussão e formulação de políticas públicas que promovam direitos sociais para a maioria da população.

PLENÁRIA

SINDICAL DO SINTEGO/2024

14. Acompanhar a construção e execução do Plano Nacional de Educação (PNE), do Plano Estadual de Educação (PEE) e dos Planos Municipais de Educação (PMEs), com vistas aos cumprimentos das metas propostas.
15. Lutar pela realização de concurso público para professores/as e administrativos/as nas redes municipais e estadual, sempre que houver déficit e dar posse aos já aprovados/as.
16. Cobrar a reestruturação do Plano de Cargos e Salários dos servidores administrativos da Rede Estadual, promovendo ajustes e melhoras para que ocorra a valorização efetiva, especialmente para quem tem curso superior e tempo de serviço.
17. Lutar para obter Planos de Cargos e Salários para os administrativos da Educação nos municípios visando alcançar maior valorização e profissionalismo.
18. Desenvolver a Formação Sindical como ação permanente, objetivando qualificar a luta, fortalecer e ampliar o quadro de lideranças.
19. Lutar por políticas de incentivo e motivação da juventude para cursos de formação dos/as educadores/as e lideranças sindicais.
20. Garantir assessoria às Regionais no acompanhamento dos regimes próprios de previdência nos municípios, assegurando a aposentadoria, impedindo cobrança de taxas e descontos indevidos, bem como, a participação em cada Fundo Próprio de Previdência por parte de representantes da categoria e do Sintego.
21. Lutar pelo fim da cobrança indevida de 14,25% dos/as aposentados/as do Estado, que recebem abaixo do teto do INSS.
22. Instituir mecanismos de acompanhamento e suporte às Regionais Sindicais frente às negociações salariais com as prefeituras, caso necessário com assessoria jurídica, municiando com dados e informações legais e financeiras.
23. Intensificar a atuação nas redes municipais e estaduais visando à universalização das condições de pagamento do Piso, estruturação e valorização da carreira e respeito à jornada de trabalho.
24. Intensificar e realizar campanhas permanentes de filiação ao Sintego.
25. Investir na eleição dos representantes de unidades escolares, intensificando a nossa Organização no Local de Trabalho (OLT).
26. Lutar pela criação dos grêmios estudantis.
27. Lutar para garantir licença para aprimoramento de forma integral para estudos em nível de pós-graduação (mestrado e doutorado), na área de atuação ou correlata, sem prejuízo financeiro.

PLENÁRIA

SINDICAL DO SINTEGO/2024

28. Lutar pela ampliação do atendimento à Educação Infantil em Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), em tempo integral.
29. Lutar pelo Professor de Educação Física e Arte, bem como pelos Professores de Apoio em Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs).
30. Lutar para garantir a gestão democrática nas redes municipais e estadual, com eleições diretas para diretor/a de escolas e dar posse aos/as eleitos/as, melhorando a gratificação de diretores.
31. Lutar para garantir valorização, respeito e dignidade aos/as professores/as e administrativos/as, readaptados/as e aposentados/as.
32. Lutar, em conjunto com a CNTE, para garantir o reajuste do Piso Nacional Profissional de Salário – PSPN na Carreira.
33. Lutar para garantir um Piso Salarial Profissional Nacional para os/as servidores/as administrativos/as da rede estadual e das redes municipais, tendo como referência para quem tem o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (Profucionário) de nível médio e superior, construindo uma carreira que valorize estes/as profissionais.
34. Lutar para que as Secretarias de Educação promovam capacitação, formação continuada e qualificação para efeito de progressão na carreira, respeitando a legislação e sua carga horária.
35. Lutar pela implantação e manutenção de 1/3 da jornada para atividades de planejamento para a rede estadual e as redes municipais conforme aprovado pela Lei do Piso Salarial (Lei nº 11.738/2008).
36. Lutar para impedir a crescente onda de entrega das escolas públicas à gestão dos militares, comumente chamada de Militarização da Educação, regime este que cerceia o diálogo, restringe o trabalho pedagógico dos/as professores/as com os/as estudantes, condiciona as relações interpessoais a parâmetros militares, em prejuízo a socialização e protagonismo juvenil e enfraquece a relação da categoria com o sindicato.
37. Cobrar junto ao Ministério Público maior fiscalização das mensalidades pagas pelos pais nas associações de pais e mestres das escolas militares, com vistas a dar maior transparência ao destino destes recursos.
38. Construir uma campanha de marketing possível e viável de valorização dos/s profissionais em Educação, fortalecimento sindical e marketing permanente com posts em redes sociais, vídeos, outdoors, vídeos cast, dentre outros.

PLENÁRIA

SINDICAL DO SINTEGO/2024

39. Criação de instrumento legal com critérios, para dar mais transparência nas modulações, indicando quais os quesitos necessários para a escolha de turno/ turma, critérios para a modulação na Rede Estadual e Municipal de Ensino.
40. Combater as condições precárias de trabalho, sobrecarga e jornadas exaustivas, excesso de burocratização do pedagógico, acúmulo de funções, pressão por resultados e salas superlotadas que tem levado ao adoecimento físico, emocional e psicológico da categoria, bem como o não corte de pontos quando apresentado atestado médico, sem corte na GDPI.
41. Rever o fechamento sistemático das turmas e Escolas da Rede Estadual, lutar pela permanência do Ensino Fundamental II na Rede Estadual, bem como rever o fechamento do noturno regular, obrigando os estudantes se maticularem na EJA. O aligeiramento do ensino aos estudantes que não tem condições de frequentar o diurno ou em tempo integral, ficaram sem escolas noturnas regulares levando a não qualificação correta, o que dificulta a chegada destes estudantes à universidade.
42. Reconstruir Plano de Carreira do Magistério do Estado de Goiás, destruído na gestão do Caiado.
43. Fortalecer a luta pela gratificação dos/as Diretores/as;
44. Fortalecer a luta no combate ao machismo, feminicídio, LGBT fobia, racismo e contra todo tipo de preconceito e violência na escola e comunidade de forma geral.
45. Garantir que os/as alunos/as transgêneros e travestis tenham seus nomes sociais respeitados.
46. Fortalecer o movimento da segurança nas escolas e da Educação para paz.
47. Defender o lpasgo de qualidade e para todos/as, contra as privatizações.
48. Continuar lutando para garantir o IMAS com qualidade, atendimento das necessidades em tempo e necessidade de cada um.
49. Oferecer capacitação para os/as representantes do SINTEGO junto aos diversos conselhos, representações e institutos de previdências.
50. Capacitar, instrumentalizar e garantir uma comunicação rápida, eficaz e que chegue a todos/as os/as filiados/as sobre as importantes conquistas do SINTEGO.
51. Ampliar a organização do Departamento Jurídico do SINTEGO, visando garantir os direitos subtraídos da categoria, quando a luta não foi suficiente para tal.